



Centro Social de Cabeceiras de Basto

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

31 de Dezembro de 2017

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro Social de Cabeceiras de Basto é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de associação com estatutos publicados no Diário da República n.º 97 de 28/04/1983, Série III, com sede em Cerca dos Frades, Cabeceiras de Basto. Tem como atividade cuidar de crianças, para que possa prosseguir os objetivos de manter atividades no domínio da segurança social, cultural e recreio, tais como creche, jardim-de-infância, parque infantil orientado.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março.

3. Principais Políticas Contabilísticas

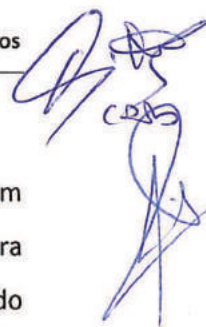
As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;

- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

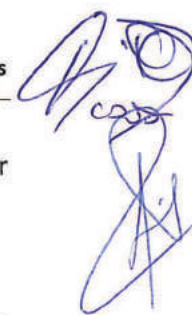
Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento Básico	6
Equipamento de Transporte	5
Equipamento Administrativo	6
Ferramentas e Utensílios	4
Outras Activos Fixos tangíveis	6



A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Ativos intangíveis	5

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre

que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (*first in, first out*). Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis são atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

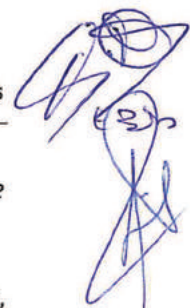
Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos



como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -*

geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2016			2017		
	Corrente	Ñ Corrente	Total	Corrente	Ñ Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Loações Financeiras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Contas Caucionadas	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Outros Empréstimos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventários 01/01/2017	Compras	Regularizações	Inventários 31/12/2017
Mercadorias	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	478,45€	46.742,10€	0,00€	1.595,38€
Produtos acabados e intermédios	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Produtos e Trabalhos em curso	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
TOTAL	478,45€	46.742,10€	0,00€	1.595,38€
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	45.625,17€			

De referir que os valores da rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 45.625,17€;
- Matérias Subsidiárias: 0,00€; e
- Matérias de Consumo: 0,00€.

7. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2017
Vendas	0,00€	0,00€
Prestações de Serviços	207.627,76€	206.598,17€
Proveitos suplementares	0,00€	0,00€
Comparticipações e Subsídios	381.351,30€	437.918,72€
Financeiros	40,78€	0,00€
Outros Gastos e Perdas	19.629,47€	20.384,62€

8. Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2016	2017
IRC Liquidado	0,00€	0,00€
Tributações Autónomas	0,00€	0,00€
Total	0,00€	0,00€

9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2017
Gastos a reconhecer	1.136,24€	667,50€
Rendimentos a reconhecer	0,00€	0,00€
Total	1.136,24€	667,50€

10.2. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2016 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2017
Caixa	3.118,00€	4.432,48€
Depósitos à ordem/prazo	143.699,82€	237.311,37€
Total	146.817,82€	241.743,85€

10.3. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01/01/2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31/12/2017
Fundos	49.038,32€	-	-	49.038,32€
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	652.115,47€	9.946,89€	-	662.062,36€
Outras	197.712,49€	-	17.807,78€	179.904,71€
Total	898.866,28€	9.946,89€	17.807,78€	891.005,39€

10.4. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Fornecedores C/C	5.025,81€	6.293,65€
Fornecedores títulos a pagar	0,00€	0,00€
Total	5.025,81€	6.293,65€

10.5. Acontecimentos após data de Balanço

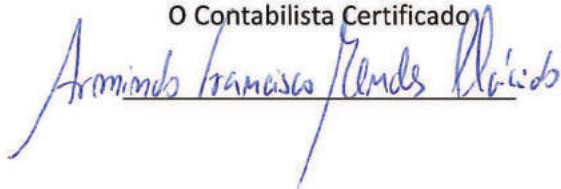
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

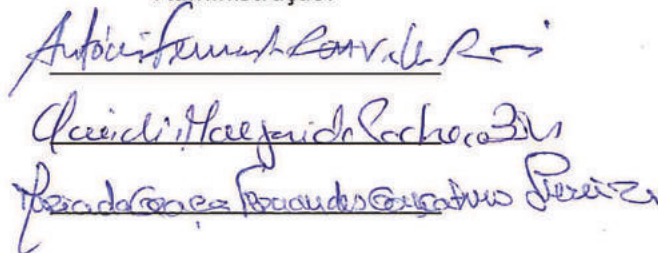
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Administração.

Cabeceiras de Basto, dia 31 de Março de 2018

O Contabilista Certificado



Administração.



Balanço (SNC ESNL)

C15 Centro Social de Cabeceiras de Basto

501392823

RUBRICAS	NOTAS	DATA S	
		2017	2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		931.161,18	843.207,05
Investimentos financeiros		309,04	153,59
Activo corrente			
Inventários		1.595,38	478,45
Adiantamentos a fornecedores		18.400,00	
Estado e outros entes públicos		58,65	8.668,32
Outras contas a receber		150,33	415,19
Diferimentos		667,50	1.136,24
Caixa e depósitos bancários		241.743,85	146.817,82
Total do activo ...		1.194.085,93	1.000.876,66
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Capital próprio			
Fundos		49.038,32	49.038,32
Resultados transitados		662.062,36	652.115,47
Outras variações nos fundos patrimoniais		179.904,71	197.712,49
Resultado líquido do período		98.175,65	18.396,74
Total do fundo de capital...		989.181,04	917.263,02
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Passivo corrente			
Fornecedores		6.293,65	5.025,81
Estado e outros entes públicos		21.211,48	20.431,30
Outras contas a pagar		177.399,76	58.156,53
Total do passivo...		204.904,89	83.613,64
Total dos fundos patrimoniais e do passivo ...		1.194.085,93	1.000.876,66

Demonstração Resultados (SNC ESNL)

C15 Centro Social de Cabeceiras de Basto

501392823

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		206.598,17	207.627,76
Subsídios,doações e legados à exploração		437.918,72	381.351,30
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		45.625,17	56.650,40
Fornecimentos e serviços externos		68.267,28	71.216,08
Gastos com o pessoal		426.056,94	429.267,00
Outros rendimentos e ganhos		20.384,62	19.670,25
Outros gastos e perdas		1.570,63	754,50
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		123.381,49	50.761,33
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		25.205,84	32.364,59
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		98.175,65	18.396,74
Juros e gastos similares suportados			8,28
Resultado antes de impostos		98.175,65	18.388,46
Resultado líquido do período		98.175,65	18.388,46

Ata da Reunião do Conselho Fiscal do mês de março 2018

Assuntos tratados:

Análise e votação da Avaliação do Plano de Ação e da Conta de Gerência do Exercício de 2017

Aos vinte e dois dias do mês de março de 2018 pelas 17h30, reuniu-se o Conselho Fiscal nas instalações do Centro Social para uma reunião ordinária com a agenda supracitada.

A reunião começou com a apreciação das atividades desenvolvidas ao longo do ano 2017 e que integram o Plano Estratégico de 2017/2019. Foi analisado o Relatório Global apresentado pela Presidente da Direção, que se anexa, e que nos parece revelar crescimento contínuo, e níveis de Qualidade muito satisfatórios, em todos os eixos que integram esse Plano.

Passou-se de seguida à análise da conta de Gerência nas suas diversas rubricas, da qual se transcreve como Rendimentos: 664 901,51€, como Gastos: 566 725,86€ e como Resultado Líquido do Exercício 98 175,65 €, não se tendo registado nenhuma irregularidade.

Assim sendo, o Presidente pôs à votação estes dois documentos que foram aprovados por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar encerrou-se a sessão da qual se lavra a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros do Conselho Fiscal.

Assinaturas:

Presidente Maria Antónia Pereira

Vogal Cristina Paula Ferreira Castro Carvalho

Vogal Jose António Gomes Afonso



Ata da Assembleia Geral de março de 2018

Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e dezoito pelas 17h, no Centro Social de Cabeceiras de Basto reuniu-se a Assembleia Geral, com a presença do Concelho Fiscal numa Reunião Ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um: Informações; -----

Ponto dois: Análise e votação da Avaliação do Plano de Ação e da Conta de Gerência do Exercício de 2017; -----

Ponto três: Outros assuntos de interesse

Como à hora marcada não se encontravam presentes a maioria dos associados, a reunião teve início meia hora mais tarde, pelas dezassete horas e 30 minutos. -----

No ponto um, depois de aberta a sessão, o Presidente da Assembleia passou a palavra à Vice-Presidente da Direção que deu as seguintes informações: -----

A instituição realizou uma auditoria interna ao SGQ pela NP EN ISO 9001:2015, sem nenhuma não conformidade. -----

No que se refere a obras foi feita a manutenção do edifício com obras de impermeabilização no parque Interior, pintura e outras reparações necessárias, durante o ano.-----

Quanto à frequência de crianças, a Instituição encontra-se com a capacidade preenchida.---

Foi aprovada a candidatura ao Programa POISE (para desempregados)-----

Foi aprovada a candidatura a um Estágio Profissional.-----

Fez-se a integração de candidatos do Programa CEI(pessoas subsidiadas)-----

No ponto dois foi feita a apreciação das atividades desenvolvidas ao longo do ano 2017 e que integram o Plano Estratégico de 2017/2019, através de uma apresentação em Power Point onde ficou patente o elevado grau de consecução dos objetivos propostos.-----

Passou-se de seguida à análise da conta de Gerência nas suas diversas rubricas, da qual se transcreve como Rendimentos: 664 901,51€, como Gastos: 566 725,86€ e como Resultado Líquido do Exercício:98 175,65€, não se tendo registado nenhuma irregularidade.

Depois de analisadas e ponderadas todas as rubricas, o Presidente da Assembleia interpelou a Assembleia quanto a possíveis dúvidas. Nenhum Associado se tendo pronunciado e uma vez que os mesmos documentos já tinham sido aprovados pelo Conselho Fiscal, o Presidente da Assembleia colocou-os à votação, tendo o Plano de Ação, bem como a Conta de Gerência do Exercício de 2017 sido aprovados por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar encerrou-se a sessão da qual se lavra a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da mesa da Assembleia. -----

Presidente António Manuel Carvalho Reis

1.ª Secretária Leonor Helena Pereira

2.ª Secretária Luís da Fonseca Fernandes